

Os pós-graduandos e a agenda estratégica em ciência, tecnologia e inovação

*Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG)
Elisangela Lizardo de Oliveira¹, Vasco Rodrigo Rogrigues Lourenço²,
Luana Meneguelli Bonone³, Thiago Oliveira Custódio⁴*

1. Introdução

A necessária convergência entre ciência e democracia torna-se essencial para a efetivação de uma plataforma política de êxito em sua extensão social e capacidade produtiva de base técnico-científica. Entende-se que essa dupla dimensão, na qual se inserem ciência e democracia, é pressuposto estratégico e indissociável de um novo projeto nacional de desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação.

A participação de movimentos sociais, assim como de setores específicos da CT&I brasileira representam avanços democráticos importantes que marcaram a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). O objetivo do presente artigo é expressar a riqueza do processo que antecedeu a 4ª CNCTI: a ANPG, a partir dos debates realizados em sua base, acumulou condições políticas e teóricas para desempenhar com êxito sua participação na conferência, procurando contribuir com importantes elementos de elaboração sistêmica da educação e CT&I nacionais.

Desde a 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada em 1985, cujo objetivo era ampliar a participação da sociedade brasileira na definição de uma política científico-tecnológica

1 Presidenta da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG).

2 Diretor de Ciência e Tecnologia e Inovação da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG).

3 Diretora de Comunicação da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG).

4 Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG).

para o país, passou-se um quarto de século. Com o tempo, as demandas no âmbito da elaboração de políticas voltadas à C&T foram adquirindo maiores contribuições, especialmente por meio das conferências subsequentes. Após uma década e meia, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2001. Naquele momento, foi colocada em destaque a relevância da inovação tecnológica como instrumento à competitividade, inclusive a importância de agregar o conceito inovação em seu nome.

Inserida numa conjuntura político-econômica mais favorável aos anseios produtivos nacionais, em 2005, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O debate gerou significativas contribuições ao redesenho e ao aperfeiçoamento das políticas de CT&I, com destaque especial à proposição de uma agenda de ações concretas para sua operacionalização, fruto da conferência. Observou-se crescente mobilização, ao longo dessa década, dos diversos setores da sociedade civil organizada, dos setores produtivos e do poder público em prol da compreensão de quão estratégico é o papel da CT&I ao desenvolvimento do país.

Com responsável espírito propositivo, a ANPG, tendo em sua atuação intrínseca o papel irrestrito de defesa dos interesses dos pós-graduandos brasileiros, contribui com o desenvolvimento do país ao pensar estrategicamente a relação da educação de base técnico-científica com o setor produtivo.

O debate sobre CT&I está no âmago da construção de um novo marco civilizacional ao Brasil, capaz de gerar melhores condições sociais, econômicas e políticas a um país autônomo, com inabalável soberania nacional. Incorporar tal paradigma à agenda estratégica do núcleo endógeno de ciência significa edificar um novo projeto nacional de desenvolvimento. Para tanto, é preciso objetivar as condições necessárias para que os avanços brasileiros em ciência, tecnologia e inovação gerem uma força de trabalho de base técnico-científica, contribuindo para uma melhor posição de competitividade do mercado brasileiro no contexto globalizado. Tal feito requer absorver a política de CT&I como elemento de profundidade estratégica e parte constitutiva da política econômica, em sentido amplo, centralizada na política industrial.

Viabilizar uma política de CT&I que esteja comprometida com a edificação de um novo marco civilizacional requer traçar discussão de caráter amplo cujo centro é o regime da política macroeconômica.

Nesse sentido, cabe salientar que a política de CT&I precisa estar articulada a uma política cambial com controle da valorização do Real, que contribua para menores custos de capital. Além disso, é preciso superar as exacerbadas taxas de juros, sob pena de o país ter seu futuro traçado para a inanição:

a [...] posição histórica brasileira concernente às tomadas de decisão no âmbito do desenvolvimento competitivo infere que a atual onda de superávits primários experimentados pela economia desde o início deste século, longe de ser autossustentada, advém do movimento cambial e da situação favorável do mercado internacional. Isso porque a composição da pauta exportadora brasileira, notadamente concentrada em produtos primários e produtos manufaturados de baixo valor agregado, mostra-se insustentável no longo prazo (SANTOS, 2009, p. 268).

É decisivo salientar a presença das empresas nos mercados internacionais, mantendo regimes cambiais que não comprometam a competitividade nos mercados externos e a política de comércio exterior que facilitem o *mix* de produtos da pauta de exportação brasileira em direção a itens de maior valor agregado e intensivos em conhecimento, especialmente com a ampliação da presença nos mercados dos países já desenvolvidos.

Entendendo que é preciso acumular participação política, a ANPG apresentou a 4ª CNCTI ao conjunto dos pós-graduandos. Para melhor qualificar sua intervenção, a ANPG não mediu esforços ao realizar a Caravana de Ciência, Tecnologia e Inovação, que contou com cinco etapas regionais preparatórias e teve sua etapa nacional realizada durante a própria CNCTI, experiência imprescindível para a participação de conteúdo democrático sistêmico.

2. CT&I e o novo projeto nacional de desenvolvimento

As tarefas históricas que a ciência e a tecnologia precisam executar, em nome da soberania nacional, somam-se aos desafios que a formação de um quadro de ensino superior de base técnico-científica de participação popular e finalidade social precisa superar. Nesse sentido, o país defronta-se com a necessária elaboração de um novo projeto nacional de desenvolvimento capaz de compreender a ciência como projeto de nação. É preciso converter democracia, ciência e produção em elementos que se aglutinem na constituição de novo marco civilizacional, paradigma fundado nas potencialidades sociais e naturais brasileiras.

As singularidades que a posição geográfica brasileira proporciona, combinada com a potencialidade de seus recursos naturais, são elementos que devem compor uma agenda estratégica em ciência, tecnologia e inovação. É preciso acumular condições para a construção de uma plataforma política com ampla capacidade de convergência entre a formação de seus quadros de nível superior e o setor produtivo.

A emergência de uma política nacional que incorpore o percentual de sua população com ensino superior e pós-graduação aos setores produtivos é imprescindível para: a) melhor utilização dos recursos naturais associados a P&D de setores com maior capacidade de gerar valor tecnológico e industrial agregado; b) composição da força de trabalho brasileira de base técnico-científica mais competitiva para a próxima geração. Uma política pública de tal magnitude ainda precisa ser gestada. Atualmente, apenas 10% da população entre 25 e 34 anos cursaram ensino superior e “apenas 10% dos egressos do nível superior têm formação em Ciências e Engenharia. Na China, esse percentual chega a 39%” (MCT, 2010, p. 07).

A execução de um projeto estratégico em ciência e tecnologia não é política que se faça por si própria; é importante partícipe de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Para tanto, o Brasil precisa redimensionar sua relação com o setor empresarial. Por um lado, é preciso fortalecer uma política que associe transferência de tecnologia e tributação sobre entrada de capital estrangeiro no país; por outro, é preciso reavaliar o câmbio e aprofundar o apoio governamental ao gasto privado em P&D, que em 2005 foi de 0,05 do PNB. Setores associados às tecnologias de informação e comunicação marcaram notório crescimento no investimento estatal: com a Lei de Informática, houve salto quantitativo que triplicou o gasto, projetando, no ano de 2007, para o valor de 0,16 (MCT, 2010).

O marco competitivo entre Estado e mercado é outro elemento importante para a construção dessa agenda estratégica em ciência, tecnologia & inovação, subordinada a um novo projeto nacional de desenvolvimento. O aumento do investimento público para a consolidação da pós-graduação brasileira é notório, mas ainda é incapaz de sustentar a superação das históricas dificuldades herdadas no setor. É preciso garantir a entrada e a permanência do pós-graduando na universidade e construir certo consenso na compreensão dessa força de trabalho. O investimento no aperfeiçoamento desses quadros situa-se para além da docência, quer dizer, essa pequena fração da população brasileira constitui elemento importante para a formação dos recursos humanos de base técnico-científica altamente qualificados. Essa compreensão preside a valorização do pós-graduando.

O Estado brasileiro orgulha-se, com satisfatória razão, do índice quantitativo de publicações, que atualmente atingem patamares próximos ao nível da China, da Índia e da Rússia. É importante ressaltar também que 90% dessa expressão numérica são provenientes dos esforços intelectuais de pós-graduandos e pós-graduandas brasileiros. Tal argumentação retira a pauta reivindicatória de um falacioso cenário corporativista e a desloca para o interesse da soberania nacional, uma vez que os pós-graduandos devem constituir a composição da força de trabalho com maior capacidade na geração de valor tecnológico agregado.

Além da argumentação já apresentada, o verdadeiro êxodo intelectual que assedia os pós-graduandos, tanto no que diz respeito aos recursos humanos quanto no registro de patentes, é outro elemento sobre o qual o Estado e o conjunto da comunidade acadêmica devem debruçar-se.

Nesse sentido, é preciso avançar na composição da força de trabalho dos quadros de ensino superior brasileiro. Esse é um dos elementos que também reforçam a necessidade de uma mudança de paradigma em ciência, tecnologia e inovação para além do modelo de autorreprodução da docência ainda predominante no cenário nacional.

Análises da composição da força de trabalho com pós-graduação, especificamente estudos da demografia da base técnico-científica brasileira dos doutores brasileiros, afirmam que 76,77% desses titulados, em 2008, foram incorporados à área de educação, enquanto as atividades profissionais em ciência e tecnologia contavam apenas com 3,78% dos doutores incorporados ao setor, a indústria de transferência conta com 1,39% da força de trabalho de base técnico-científica com doutorado, outros setores estratégicos, tais como a indústria extrativa, a construção e as atividades de infraestrutura e comunicação contam com menos 0,5% dos doutores brasileiros participando de cada área respectivamente (CGEE, 2010, p. 220). O mercado da pós-graduação força o estudante a optar pela dedicação exclusiva à docência muito antes de tomar posse em alguma universidade.

A defesa de um novo projeto nacional de desenvolvimento não pretende abortar a política de expansão da pós-graduação brasileira, tal como estabeleceu a política pública denominada Programa de Apoio à Pós-Graduação (PAPG-Ifes), com o objetivo de combater assimetrias científicas, tecnológicas e de áreas, em âmbito inter e intra-regionais, cumprindo a tarefa de interiorização da pós-graduação brasileira.

3. As singularidades da pós-graduação brasileira: especificidades e potencialidades

A pós-graduação brasileira atinge números surpreendentes. No ano de 2009, a nação contava, em seus quadros de pessoal de nível superior, com mais de 160 mil matriculados; destes, 90 mil cursando mestrado e quase 60 mil (ver Gráfico 1) em período de doutoramento. O crescimento da pós-graduação brasileira é notório: o Brasil preparou sua transição para o século XXI com 90 mil pós-graduandos, 60 mil mestrandos e 30 mil doutorandos ao final do ano 2000. Uma década se passou e o saldo positivo revela um crescimento de mais de 75% da pós-graduação brasileira, 50% de crescimento dos matriculados em mestrado e o dobro de números de doutorandos. O crescimento da pós-graduação é ainda mais avassalador se levarmos em conta o número de titulados no mesmo período. Em 2000, o país tituló 17 mil mestres e 5 mil doutores, enquanto o ano de 2010 iniciou-se com 35 mil mestres e 11 mil doutores titulados, mais do que dobrando o número de mestres e doutores no país em uma década.

4. Distribuição dos discentes de pós-graduação

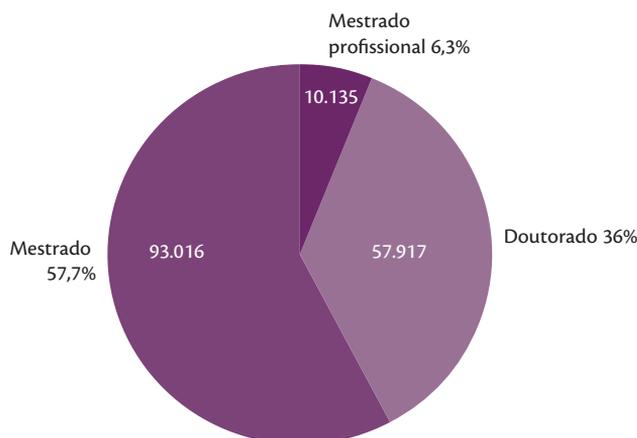


Gráfico 1. Distribuição dos discentes de pós-graduação

Fonte: GEOCAPES

A necessária expansão da pós-graduação é elemento necessário à transição brasileira ao novo projeto nacional de desenvolvimento, mas não é elemento que se justifica por si próprio. Subordinar a política de expansão da pós-graduação brasileira à consolidação do setor produtivo nacional é o salto estratégico que o país precisa alcançar na construção de novo paradigma em ciência, tecnologia e inovação. Hoje, o país expande sua pós-graduação com um modelo radicado na reprodução da docência. Em 2009, o número de pós-graduandos na área de educação, por exemplo, era de hegemônicos 3.288 titulados, entre mestres e doutores, enquanto setores que devem compor essa agenda estratégica em CT&I, como a área de biotecnologia, por exemplo, contavam com 365 mestres e doutores titulados (GEOCAPES, 2009).

De certa forma, essa concentração de área na pós-graduação brasileira é produto de sua própria concepção:

Desde o início, o Brasil criou uma anomalia, que é o mestrado acadêmico. Em todo o mundo, os mestrados são cursos de curta duração – entre um e dois anos – que visam dar uma formação adicional para preparar melhor os estudantes para o mercado de trabalho. No Brasil, os mestrados foram criados em grande parte como “minidoutorados” por universidades que ainda não dispunham de massa crítica suficiente para instituir programas de doutoramento. Como “minidoutorados”, os mestrados exigiam trabalhos de pesquisa e elaboração

de teses que prolongavam os cursos e tinham pouca relação com a formação profissional, e foram adotados como preparação prévia e requerimento necessário para os doutorados. O reconhecimento deste problema levou à criação dos mestrados profissionais, que, no entanto, jamais conseguiram se estabelecer em volume suficiente (SCHWARTZMAN, 2010b).

A relação entre os mestrados profissionais e os mestrados acadêmicos é importante fator para compreender a composição da pós-graduação brasileira. Em 2009, o país contava com pouco mais de 3 mil titulados em mestrados profissionais e mais de 35 mil titulados em mestrados acadêmicos. Existem, portanto, dois fatores, iminentes à própria estrutura organizativa dos mestrados, que afastam a pós-graduação do setor produtivo: as desigualdades de concentração por área e a hegemonia dos mestrados acadêmicos em detrimento dos mestrados profissionais. A recente organização da Universidade Aberta do Brasil (UAB) também tem reproduzido tal modelo. Com 312 cursos espalhados pelo país, essa modalidade de ensino a distância é composta por 6 cursos de aperfeiçoamento, 20 cursos de bacharelado, 83 especializações, 2 cursos sequenciais, 15 tecnólogos e 186 licenciaturas (ver Gráfico 2). Ainda assim, reorganizar a CT&I brasileira aprofundando sua relação com pesquisa, desenvolvimento e inovação extrapola os limites da pós-graduação. Esse projeto estratégico precisa dialogar com a economia política brasileira

5. Distribuição dos cursos UAB no país

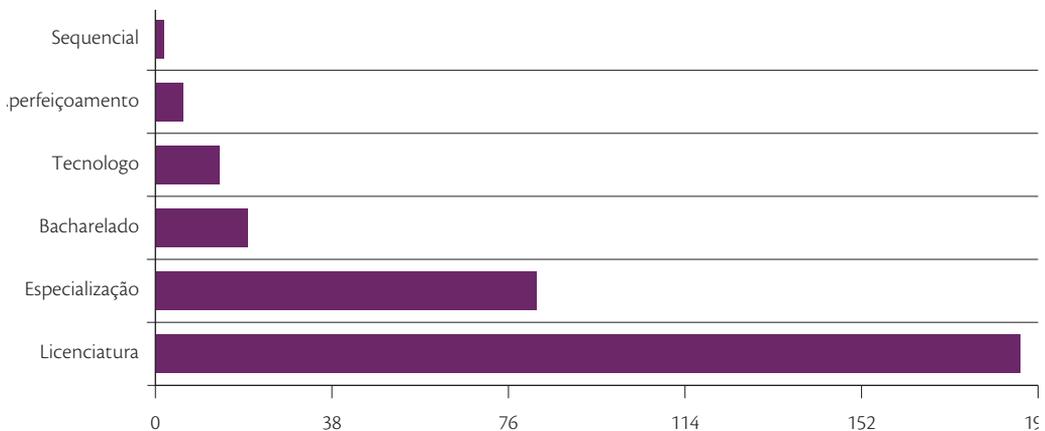


Gráfico 2. Distribuição dos cursos UAB no país

Fonte: geocapes

É preciso avançar com o paradigma dominante no cenário nacional, modelo que faz referência ao projeto desenvolvimentista das décadas de 1960 e 1970, adotando o modelo norte-americano de cursos de pós-graduação estruturados, a partir da reforma universitária de 1968. Os cursos de mestrado e doutorado serviriam, pela concepção da reforma, para superar deficiências históricas herdadas da educação superior brasileira, sem se debruçar de forma mais estratégica sobre ciência e tecnologia.

A organização do pessoal do quadro de ensino superior é algo que ainda carece de consenso:

A pós-graduação brasileira, ao dar prioridade ao desempenho acadêmico, através de um conjunto de instrumentos de regulação legal, incentivos e mecanismos de avaliação, acabou criando um sistema cuja principal função, na prática, é se autoalimentar, e que, com as exceções de sempre, nem consegue produzir uma ciência de padrão internacional, nem consegue gerar tecnologia para o setor produtivo, nem consegue dar a prioridade devida aos que buscam formação avançada para o mercado de trabalho não acadêmico (SCWARTZMAN, 2010a).

É evidente que o modelo em questão foi elaborado sob necessidades históricas específicas e, naquele momento, a superação de problemas imanentes à estrutura de ensino superior brasileiro exigiu a formatação de políticas específicas às singularidades da educação nacional, e a própria ciência e tecnologia não tinham existência na condição de ministério, criado em 1985 por José Sarney, tendo Renato Archer assumido o cargo de ministro de Ciência e Tecnologia (VIDEIRA, 2010).

A pós-graduação brasileira acumulou especificidades originadas a partir do modelo adotado nesse momento histórico. O processo tardio pelo qual se estabeleceu exigiu do Estado a elaboração de paradigma que priorizou a superação das deficiências de formação dos quadros de ensino superior.

6. Popularização da ciência: conteúdo da democracia necessária à soberania nacional

A consolidação de um novo paradigma em ciência e tecnologia, que incorpore a formação dos quadros de ensino superior de base técnico-científica ao setor produtivo, passa necessariamente pela construção de uma agenda que associe a elaboração da ciência nacional com sua base material necessária, o povo brasileiro. Nesse sentido, produzir uma ciência de finalidade social também pressupõe converter, ao longo do processo histórico, esse sujeito aparentemente passivo, que apenas recebe os produtos finais de toda a atividade, em protagonista desse mesmo movimento, seja em participação política, seja em elaboração científica.

Popularizar a ciência também significa construir consenso político concreto acerca da CT&I, envolvendo o conjunto da sociedade civil na constituição da democracia necessária. A sociedade civil representada, com capacidade deliberativa e propositiva, caracteriza elemento imprescindível ao fortalecimento das organizações públicas. Não por menos, a SBPC envolveu-se com a criação do MCT, assim como a ABC com a consolidação do CNPq. As polêmicas necessárias à consolidação do MCT foram produtos de uma gama de possibilidades que estavam em aberto para a ciência e tecnologia no cenário nacional e, neste debate, poucas não foram as vezes em que a C&T foi prejudicada. As divergências de concepções no que diz respeito à ausência de condições objetivas que permitissem à ciência e tecnologia brasileira perceber situação mais estável proporcionaram fenômenos, como: “Em 1990, o então presidente Collor extinguiu o Ministério da Ciência e Tecnologia e implantou a Secretaria da Ciência e Tecnologia, ligada à Presidência da República” (VIDEIRA, 2010, p. 165).

Identificar esses movimentos históricos nos permite perceber as condições e os movimentos que a ciência e a tecnologia nacional tiveram que enfrentar para experimentar contemporaneamente posição relativamente estável:

Também não é mais possível dizer que a única responsabilidade pelo nosso atraso em ciência e tecnologia deve-se à política que a coroa portuguesa aplicou em suas colônias. A defesa dessas teses, entre outras, explica-se pela concepção de ciência defendida e pela respectiva noção de quais são as instituições mais adequadas para a promoção da ciência almejada. Como lembra a epígrafe deste livro, a ciência e a tecnologia necessariamente se enquadram num contexto mais amplo que, por vezes, pode ser denominado como projeto de nação (VIDEIRA, 2010, p.15).

Popularizar a ciência também significa estabelecer espaços para o diálogo da comunidade científica e esferas governamentais com o conjunto da sociedade civil. É verdade que os últimos oito anos marcam avanço notório da questão. O Museu Nacional de Astronomia e Ciências Afins (MAST); o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); o Observatório Nacional (ON), as Olimpíadas de Matemática e tantas outras instituições e iniciativas marcam o avanço na popularização da ciência, mas é preciso mais laboratórios, bibliotecas, museus e outras políticas públicas eficientes para acelerar o projeto em curso de converter a ciência em casa do povo.

7. A experiência da caravana de CT&I da ANPG

A constituição da soberania nacional, de conteúdo popular e elaboração democrática, constitui defesa estratégica com permanente presença na agenda da ANPG. Entendendo que a

4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação é elemento integrante dessa concepção, a ANPG construiu vitoriosa campanha de visita às cinco regiões do país, com um objetivo único: consolidar sua Caravana de Ciência, Tecnologia e Inovação, acumulando condições em participação política e elaboração teórica junto ao conjunto dos pós-graduandos brasileiros. A caravana reuniu estudantes secundaristas, universitários e outros setores da sociedade civil.

O coletivo acúmulo em elaboração teórica é elemento que preside o presente artigo, já expresso na revista *Contribuições da ANPG à 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia*⁵. Assim, este texto agrega os relatos e as contribuições a partir dos debates realizados nos estados.

7.1. Região Nordeste

Durante a 1ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Cecti) de Pernambuco, no dia 25 de março, a ANPG organizou, em conjunto com a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), o debate “Ciência e Educação: A Formação de Recursos Humanos no Projeto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Nacional”, como parte da Caravana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da entidade.

Marcos Formiga, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wellington Pinheiro, professor da Universidade de Pernambuco (UPE), e Luciana Santos, Secretária Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco, foram presenças destacadas na atividade, que contou com cerca de 100 pessoas, entre estudantes e professores.

Marcos Formiga destacou que talento e inteligências múltiplas são essenciais para o destaque no mercado de trabalho, pois o profissional preparado para as mudanças se adapta mais facilmente ao mercado. Uma das propostas debatidas foi sobre a qualificação dos profissionais: é preciso que as universidades estejam à altura de responder à procura do mercado, adaptando constantemente novos cursos às necessidades da sociedade e capacitando os estudantes para resolver novos problemas e ter proatividade no cotidiano. Essa proposta contemplou a visão do professor Wellington Pinheiro que, além de ressaltar a importância do Estado como grande vetor na formação do capital humano no Brasil, atentou para a necessidade de a universidade brasileira estar cada vez mais próxima da realidade do país, a fim de que se compreendam e reconheçam as demandas e, a partir daí, se direcionem os investimentos para a formação dos profissionais nas áreas de maior necessidade.

5 A versão eletrônica da revista está disponível permanentemente no sítio da Associação Nacional de Pós-Graduandos, para todos os estudantes e o conjunto da comunidade científica: <<http://www.anpg.org.br/userfiles/file/Documentos/CNCT%20web.pdf>>.

7.2. Região Sudeste

Estudantes, professores, parlamentares e outros cidadãos se reuniram na Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para participar, em 17 de maio, dos debates “Ciência, Inovação para o Desenvolvimento Nacional – Perspectivas e Contribuições de Minas para a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, além do Pannel “Pesquisa e Desenvolvimento”.

A caravana em Minas foi uma audiência pública, proposta pelo deputado Carlin Moura (PCdoB). O objetivo foi discutir perspectivas e colher contribuições para a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. À tarde, os trabalhos foram dirigidos pelo presidente da Comissão de Educação, deputado Ruy Muniz (DEM), e contaram com as participações do reitor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Luiz Cláudio Costa, além da presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Elisangela Lizardo.

Com um diagnóstico das atividades das instituições, a reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Janete Paiva, e a pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Sílvia Nietzsche, enfatizaram a necessidade de mais professores com doutorado como forma de atrair recursos para pesquisa.

O reitor da UFV falou sobre o papel das instituições públicas federais de ensino superior no desenvolvimento do estado e convocou a comunidade científica a contribuir com o desenvolvimento do país: “Precisamos parar de pensar só nas nossas necessidades. Temos de identificar quais são as demandas do estado e como podemos contribuir para resolvê-las. Precisamos agir como sistema”, declarou.

A presidente da ANPG abordou a formação de recursos humanos em ciência, demonstrando preocupação com o possível não cumprimento da meta do Plano Nacional de Pós-Graduação. Elaborado em 2005, o documento projetou que o país teria, em 2010, 16 mil doutores e 45 mil mestres. No ano passado, no entanto, esses números eram, respectivamente, 10 mil e 35 mil. A presidente da ANPG defendeu a formação de docentes comprometidos com as demandas sociais brasileiras.

7.3. Região Norte

No Pará, a mesa realizada no dia 20 de maio, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), foi composta pelo ex-presidente da ANPG, Hugo Valadares, por Franciney Monteiro, da Coordenação de Tecnologia Aplicada a Educação (CTAE), órgão da Secretaria de Educação (Seduc), e pelo representante da União Acadêmica Paraense (UAP), Henos Silva.

O professor Franciney falou dos projetos de popularização da ciência junto à educação básica, e os estudantes presentes ao debate pautaram a demanda de bolsas para a especialização, visto que atualmente só existem bolsas para estudantes que cursam mestrado ou doutorado. O vice-presidente regional norte da ANPG, Thiago Oliveira, falou da necessidade do fortalecimento e do incentivo à pós-graduação na região, que tem o menor índice de mestres e doutores para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico da região amazônica.

Hugo Valadares ressaltou algumas das ações e reivindicações da ANPG no cenário nacional, tais como: incentivo à qualificação profissional por meio da pós-graduação; reivindicação de 50% das verbas do fundo social do pré-sal para a educação e ciência e tecnologia; diminuição das desigualdades regionais na pós-graduação; aumento dos investimentos do governo nas diversas áreas do conhecimento; ampliação das bolsas de mestrado e doutorado da Capes, bem como seus critérios e direitos, dentre outras.

Foram levantadas, ainda, várias discussões e propostas pelo público: levar ao governo a proposta de criação de bolsas para os alunos de pós-graduação *lato sensu*; reivindicar mais qualidade na pós-graduação brasileira; garantir mais acesso aos cursos de pós-graduação, principalmente na região Norte; ampliar os programas e as vagas dos cursos de pós-graduação do Norte; garantir melhor qualidade dos cursos a distância de pós-graduação; dar mais flexibilidade aos critérios e direitos das bolsas Capes.

7.4. Região Sul

No dia 20 de maio, ocorreram duas etapas da Caravana de Ciência, Tecnologia e Inovação da ANPG em extremos do país. Além da atividade de Belém (PA), em Porto Alegre (RS), o coordenador do Cenaoet, Dante Barone, participou da etapa sulista da atividade com o “Seminário de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia”. O diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da ANPG, Vasco Rodrigo, coordenou as atividades em conjunto com a vice-presidente regional Sul da entidade, Gabriele Gottlieb. O debate destacou que a pós-graduação brasileira vive momento decisivo com o debate em curso do PNPG, pois este estabelecerá diretrizes e metas para o Sistema Nacional de Pós-Graduação no decênio 2011-2020.

7.5. Região Centro-Oeste

No dia 21 de maio, cerca de 120 pessoas participaram, no auditório da Pontifícia Universidade Católica de Goiânia, do debate “A formação de recursos humanos no desenvolvimento científico, educacional e tecnológico”. José Cleildo, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), e João Francisco da Silva Mendes, da Federação das Indústrias do Estado de Goiás

(FIEG), foram algumas das presenças no debate, além de representantes da Universidade Federal de Goiás (UFG), da PUC e da União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES). O debate foi dividido em quatro eixos temáticos: a) necessidade de absorção dos doutores e mestres pela indústria; b) importância da ciência e tecnologia para um novo projeto nacional de desenvolvimento que ajude a desenvolver a economia do país, mas que também contribua significativamente para a redução das desigualdades; c) inclusão social e popularização da ciência; d) importância de fortalecer os sistemas estaduais de ciência, tecnologia e inovação.

8. Resoluções da ANPG em CT&I

Produto das etapas regionais da Caravana de CT&I da ANPG, apresentamos ao conjunto da comunidade científica algumas das resoluções extraídas do coletivo esforço dos pós-graduandos brasileiros:

1. Articulação da política de C&T com outras políticas setoriais – em particular a industrial – para fortalecer o desenvolvimento socioeconômico e redefinir a posição do país na divisão internacional do trabalho e do conhecimento.
2. Linhas de pesquisa das universidades públicas voltadas ao interesse público e coletivo.
3. Não às limitações à realização de pesquisas na área de tecnologias sensíveis, como a nuclear, cujo desenvolvimento nos países do chamado 3º mundo encontra-se cada vez mais sujeito a restrições, inibindo o desenvolvimento de setores inteiros da indústria nacional.
4. Participação da ANPG na recém-fundada Frente Plurissetorial em Defesa da C&T.
5. Fortalecimento das fundações estaduais de amparo à pesquisa, com cumprimento dos percentuais a elas destinados.
6. Ampliação dos programas e linhas do BNDES voltados à inovação; mais recursos de subvenção econômica nas prioridades setoriais da política industrial, nas atividades de P&D de pequenas e médias empresas e na equalização das taxas de juros.
7. Debate e aprovação de legislações estaduais que reflitam os princípios e fundamentos jurídicos da Lei de Inovação.

8. Contra a aplicação dos recursos dos fundos setoriais em compra de equipamentos e tecnologia e/ou em atividades de baixo teor tecnológico, como serviços de engenharia e assistência técnica.
9. Envolvimento, no processo de financiamento da inovação, de outras agências e bancos públicos para além da Finep e do BNDES (Banco do Brasil, CEF, bancos regionais).
10. Legislação para estimular o investimento de risco; criação de fundos de *venture capital*; criação de fundos para apoiar empresas de base tecnológica (EBTs) nascentes (fundos-semente).
11. Mais incubadoras e arranjos produtivos locais (APLs) para desenvolver a inovação em pequenas e médias empresas.
12. Ampliação do conteúdo generalista dos programas de formação corporativa (*in company*).
13. Investimento em tecnologias que permitam o acesso ao conhecimento, visando à geração de emprego e renda.
14. Democratização ampla das instâncias de decisão em C&T; maior representação, no Conselho Nacional de Ciência & Tecnologia (CCT), da comunidade científica, dos trabalhadores, dos movimentos sociais e dos empresários ligados a C&T.
15. Priorização dos investimentos em tecnologias menos poluentes ou que consomem menos recursos naturais.
16. Estabelecimento da obrigatoriedade de publicação de ementas e demais materiais didáticos *on-line* para livre acesso por qualquer internauta, reforçando o caráter público do conhecimento acadêmico.
17. Apoio à ampliação do Portal de Periódicos da Capes; continuidade da política de tornar *on-line* os periódicos; implementação de políticas que tornem cada vez mais os periódicos, inclusive os estrangeiros, de consulta livre, sem custo para os pesquisadores brasileiros; implementação de uma política que induza à ampliação dos periódicos nacionais indexados.
18. Maior utilização das pesquisas pós-graduadas na elaboração de políticas públicas.
19. Maior integração científico-tecnológica e cultural entre os países da América Latina.

Referências

CGEE. Doutores 2010: Estudos da demografia de base técnico-científica brasileira. Brasília: CGEE, 2010.

MCT. Investimento e Inovação: o papel da Inovação na agenda empresarial. Documento Preliminar para a 4º CNCTI, parte I. Brasília: MCT, 2010a.

SANTOS, Ester C. do Couto. Opção de desenvolvimento estratégico brasileiro em CT&I. Parcerias Estratégicas, Brasília, v. 14, n. 28, p. 267-286, jun. 2009.

SCHARTZMAN, Simon. A transição necessária da pós-graduação brasileira, Rio de Janeiro, 23 abril 2010a. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=1652&lang=pt-br>>. Acesso em 01 de Julho de 2010.

SCHARTZMAN, Simon. A transição necessária da pós-graduação brasileira, Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capes2010.pdf>>. Acesso em 01 de Julho de 2010.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. 25 anos de MCT: raízes históricas da criação de um ministério. Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos e Estratégicos, 2010.